



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CONSELHEIRO PENHA/MG

Ofício nº 447/2018-2ªPJCP

Conselheiro Pena, 1º de agosto de 2018.

Ilustríssimo (a) Senhor(a)  
Ronaldo Cordeiro Soares  
Belo Horizonte/MG

Referência: Inquérito Civil nº MPMG-0184.16.000135-2 (Informar esse número na resposta)  
Assunto: Comunicação (faz)

Ilustríssimo (a) Senhor (a),

Sirvo-me do presente para, com fulcro no art. 13, §§ 1º e 3º da Resolução Conjunta PGJ CGMP nº. 03/2009 e o Enunciado nº. 13 do CSMP, comunicá-lo que os Inquérito Civil nº MPMG-0184.16.000135-2, no qual Vossa Senhoria figura como representado(a), foi arquivado por esta Promotoria de Justiça, conforme cópia do(a) promoção de arquivamento anexo(a).

Na oportunidade, certifico-lhe que, conforme § 3º do artigo 13 da Resolução PGJ CGMP Nº 03/2009, Vossa Senhoria poderá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, razões escritas ou documentos, que serão juntados até a data da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, na qual será apreciado(a) o(a) promoção de arquivamento.

Atenciosamente,

  
Stefano Naves Boglione

Promotor de Justiça

Rua Feliciano Ferraz, nº 196, Centro, Conselheiro Pena/MG  
CEP 35.240-000. Telefone: (33) 3261-2422



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CONSELHEIRO PENHA/MG

**É o breve relatório. Passo a decidir.**

## II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente Inquérito Civil teve origem em Representação anônima nº 204660042016-1.1 registrada na Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com o seguinte teor (sic):

*As empresas do Sr. Ronaldo Cordeiro Soares*

1. *Retengrol Comercio De Pecas E Servicos Eireli ? EPP, CNPJ nº 66.484.627/0007-73*
2. *Tratorenzó Comércio e Serviços LTDA ? EPP, CNPJ nº 23117.658/0001-83*
3. *Sitamar Auto Peças Ltda ? EPP, CNPJ nº 00.624.817/0001-77*

*O Sr. Ronaldo Cordeiro era sócio oculto de todas essas empresas e utiliza-se de ?laranjas? para fraudar licitações, participando com as Três na mesma licitação.*

*Favor solicitar processo licitatórios dos últimos 7 anos nos municípios de Ibituruna e Bom Sucesso onde duas empresa do Sr. Ronaldo participaram.*

*Nos últimos 02 mandatos, ou seja, últimos 08 anos, o Sr. Ronaldo Cordeiro participava com as 03 empresas em todas as licitações municipais. De 03 anos pra cá participa com 02 empresas, pois a empresa Sitamar não participa mais. Por isso é bom investigar os processos dos últimos 07 anos que vai configurar o crime de conluio-cartel.*

*Temos certeza absoluta dos fatos narrados, inclusive ficou provado na justiça que o Sr. Ronaldo é dono das 02 empresas: Retengrol e Tratorenzó, conforme decisão da Juíza Federal no processo nº 0001490.40.2014.503.0137, TRT 3ª região.*

*Pedimos que o Ministério Público apure os fatos e tome providencia. Atenciosamente.*





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CONSELHEIRO PENHA/MG

**Autos nº MPMG-0184.16.000135-2**

**Inquérito Civil**

**Área de Atuação: Patrimônio Público**

**Representante: “de ofício”**

**Representado: José Olinto do Nascimento, Karina Zoveti Amorim, Retengrol Comércio de Peças e Serviços EIRELI – EPP, Ronaldo Cordeiro Soares, Tratorengo Comércio e Serviços Ltda. - EPP**

**Promoção de Arquivamento**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Inquérito Civil instaurado em 17/06/2016, em razão de manifestação anônima nº 204660042016-1.1 registrada na Ouvidoria do Ministério Público de Minas Gerais, que tem o seguinte objeto: “*Apurar suposta prática de atos de improbidade administrativa consistentes em fraudar a licitude dos seguintes procedimentos licitatórios, mediante a existência de vínculo entre licitantes: procedimento licitatório nº 031/2012 - pregão presencial nº 019/2012; e procedimento licitatório nº 028/2013 - pregão presencial nº 016/2013*”.

Nas f. 14/19, foi juntada cópia de sentença proferida nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 00001490-40.2014.503.0137.

Nas folhas seguintes foram juntadas cópias integrais do Procedimento Licitatório nº 031/2012 – Pregão Presencial nº 019/2012 e do Procedimento Licitatório nº 028/2013 – Pregão Presencial nº 016/2013, ambos do Município de Alvarenga/MG.

Na f. 1.658, foi requisitada à Autoridade Policial a instauração de Inquérito Policial para apurar a suposta prática de crime pelos Representados pessoas naturais.

Não foram necessárias outras diligências.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CONSELHEIRO PENHA/MG

A sentença trabalhista reproduzida nas f. 14/19 contém gravíssimos indícios de que as Representadas Retengrol Comércio de Peças e Serviços Eireli EPP e Tratorenzco Comércio e Serviços Ltda. seriam controladas pelos mesmos indivíduos e que, inclusive, tinham a praxe de realizar ajustes espúrios com a finalidade de macularem o caráter competitivo das licitações de que participavam.

Conforme cópias integrais do Procedimento Licitatório nº 031/2012 – Pregão Presencial nº 019/2012 e do Procedimento Licitatório nº 028/2013 – Pregão Presencial nº 016/2013, ambos do Município de Alvarenga/MG, constata-se que as Representadas deles participaram.

Entretanto, da análise atenta dos documentos ali constantes, não é possível detectar indícios aparentes de que as Representadas Retengrol Comércio de Peças e Serviços Eireli EPP e Tratorenzco Comércio e Serviços Ltda. tiveram algum vínculo escuso naqueles certames especificamente.

Com efeito, na documentação apresentada pelas Representadas nas licitações em questão, não havia coincidência de procuradores, inexistia similaridade na formatação de documentos, não havia, enfim, indícios de que se tratavam de pessoas jurídicas ilicitamente alinhadas. Assim, não era possível aos servidores perceberem claramente um possível ajuste.

Os mapas de lances de ambos os procedimentos licitatórios (f. 360 e 787) demonstram que houve, ao revés, competição entre as citadas pessoas jurídicas nos mesmos lotes, mediante apresentação de lances sucessivos, que se transformaram posteriormente em preços finais razoáveis – isto é, significativamente abaixo do valor de referência. Não foram constatados, portanto, nem redução da competitividade na licitação e nem tampouco prejuízo efetivo ao erário do Município de Alvarenga/MG.

Desse modo, a despeito dos graves indícios da prática reiterada de cartel pelas Representadas Retengrol Comércio de Peças e Serviços Eireli EPP e Tratorenzco Comércio e Serviços Ltda. – revelados pela denúncia anônima e pela





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CONSELHEIRO PENHA/MG

sentença trabalhista juntada –, neste caso específico, não houve indícios de ajuste efetivo de preços entre as referidas empresas nos procedimentos licitatórios realizados pelo município de Alvarenga/MG, e nem tampouco da participação ou anuência – dolosa ou culposa; omissiva ou comissiva – de qualquer agente público do Município de Alvarenga/MG.

Se houve prévia comunicação ou alinhamento entre as referidas pessoas jurídicas, à primeira vista, tal fato não representou prejuízo aos cofres públicos de Alvarenga/MG, e não há indícios de que tenha havido participação de algum agente público.

Nesse particular, vale lembrar que, conforme entendimento pacificado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça<sup>1</sup>, é inadmissível o ajuizamento de Ação de Improbidade Administrativa exclusivamente contra agentes particulares, sem que haja ao menos a descrição da participação de algum agente público, o que não restou demonstrado no caso em questão. Assim, por ora não há fundamentos para o ajuizamento de Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa.

Não há, de outro lado, fundamentos para o ajuizamento de Ação Civil Pública de indenização por dano ao erário, em razão da suposta prática de cartel pelas Representadas, porque, se houve prévio ajuste ou combinação nos certames em questão, não ensejaram efetivo prejuízo ao erário de Alvarenga/MG. A ausência desse elemento chave – dano ao erário – impede o ajuizamento de ação reparatória, por força das normas dos arts. 186 e 927 do Código Civil.

Não obstante tudo isso, conforme ofício de f. 1.658, foi requisitada à Autoridade Policial a instauração de Inquérito Policial para apurar a suposta prática do delito tipificado no art. 90 da Lei nº 8.666/1993, em tese perpetrado pelos Representados pessoas naturais nos certames em questão.

<sup>1</sup> STJ, REsp 1.409.940/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/09/2014). Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 574.500/PA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/06/2015; REsp 1.405.748/RJ, Rel. p/ acórdão Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 17/08/2015; AgInt no REsp 1608855/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2018, DJe 12/04/2018.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CONSELHEIRO PENHA/MG

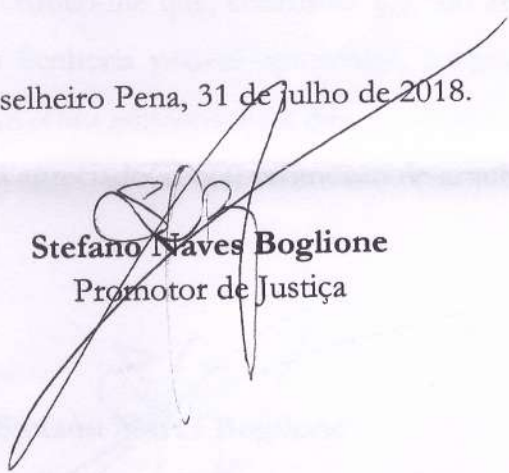
### III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, na forma do art. 9º da Lei nº 7.347/1985 e do art. 13 da Resolução Conjunta PGJ CGMP nº 3/2009, **promovo o arquivamento** deste Inquérito Civil.

Em obediência ao que preveem o art. 13, §§1º e 3º da Resolução Conjunta PGJ CGMP nº 3/2009 e o Enunciado nº 13 do CSMP, dê-se ciência aos Representados, mediante notificação pessoal, por carta com aviso de recebimento ou por meio eletrônico, **em todos os casos certificando-se a confirmação do recebimento**, da possibilidade de, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar razões escritas de eventual inconformismo, acompanhadas ou não de documentos, para exame do Conselho Superior do Ministério Público quando da apreciação da promoção de arquivamento.

Após, **determino** a imediata remessa dos autos ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma do art. 9º, §1º da Lei nº 7.347/1985 e do art. 13, §1º da Resolução Conjunta PGJ CGMP nº 3/2009.

Conselheiro Pena, 31 de julho de 2018.

  
**Stefano Naves Boglione**  
Promotor de Justiça